

SOMOS CAPAZES DE ESCUTAR OS DESMENTIDOS SOCIAIS?

*Fernanda Canavêz¹
Julio Sergio Verztman²*

RESUMO

Este artigo objetiva discutir o impacto do desmentido na escuta do analista, com destaque para o desmentido das marcas sociais de pertencimento e das hierarquias daí derivadas. Para tal, examinaremos a noção de desmentido na obra de Ferenczi, suas possíveis aplicações no campo social e a hipocrisia com que a comunidade psicanalítica parece reagir a esta discussão. Buscaremos compreender esta resistência ativa dos psicanalistas usando as ferramentas analíticas dos estudos decoloniais, pós-coloniais, feministas, entre outros, que buscam estudar processos de subjetivação consequentes à subalternização e à minorização, relacionados a raça, gênero, classe social, cultura e língua. Seguiremos permanentemente a questão: somos capazes, na clínica psicanalítica, de escutar os desmentidos sociais?

PALAVRAS-CHAVE: *desmentido, Ferenczi, marcadores sociais, clínica psicanalítica.*

¹ Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, professora do Instituto de Psicologia da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, coordenadora do *marginália* - Laboratório de Psicanálise e Estudos sobre o Contemporâneo (IP/UFRJ). <http://orcid.org/0000-0003-1205-0200>. E-mail: fernandacanavez@gmail.com.

² Doutor pelo IPUB-UFRJ, professor do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica (PPGTP-UFRJ) e do mestrado profissional em atenção psicossocial (MEPPSO-IPUB-UFRJ), coordenador do NEPECC. <https://orcid.org/0000-0001-5495-3737>. E-mail: jverztman@globo.com.

ARE WE ABLE TO LISTEN SOCIAL DENIALS?

ABSTRACT

This article aims to discuss the impact of social denials on the analyst's listening, with emphasis on the denial of social marks of belonging and hierarchies derived from them. We examine the notion of denial in Ferenczi, its applications in the social field and the hypocrisy within the psychoanalytic's community and how they seem to react to this discussion. We aim to understand this active psychoanalysts' resistance using the analytical decolonial tools, postcolonial and feminist studies, which seek to study the process of subjectification resulting from subordination and minorization related to race, gender, social class, culture and language. We follow the question: are we able, in psychoanalytic clinics, to listen to social denials?

KEYWORDS: *denial, Ferenczi, social marks, psychoanalytic clinic.*

PODE O ANALISTA ESCUTAR?

Nosso objetivo, ao colocar essa questão, é pesquisar a incidência dos marcadores sociais de diferença na psicanálise, ou seja, pensar sobre as categorias de classificação social, tais como raça, gênero, classe social, cultura e língua, na nossa clínica. Apesar de óbvias como trilhas decisivas para a subjetivação, tais categorias são pouco tematizadas pelos psicanalistas. Formulamos a hipótese de que esta escassez de formulações – e, mais ainda, da difusão do que é formulado sobre o assunto – é fruto não só de distração ou desinteresse, mas sim de um processo ativo de resistência. E essa resistência pode estar associada à marcação social também do lado do analista, comumente formado nas elites econômicas, concorrendo para o que Rosa formulou como "resistência de classe" (CANAVÊZ & PACHECO-FERREIRA, 2020, p. 39). Encontramos algum conforto em imaginar que a psicanálise lida com a singularidade, com o intransmissível e o incomparável *um a um*. E este *caso a caso* definidor de nosso fazer teria por missão dissipar, em sua essência, hierarquias, identidades, pertencimentos imaginários a grupos, formas de gozar, entre inúmeros outros fatores que prendem o sujeito a vínculos de menor plasticidade psíquica em comparação com uma potencial e limitada liberdade que a cura psicanalítica poderia proporcionar. Mas insistimos: podemos pensar, na clínica psicanalítica, sobre como esses marcadores sociais fazem com que determinados sujeitos se tornem mais vulneráveis do que outros? Há uma distribuição social e organizada da vulnerabilidade, a qual ultrapassa a pretensa diferença radical dos sujeitos pensados no *um a um*?

Recusamos a tese de que a psicanálise poderia ficar alheia a estas questões éticas. Somos frontalmente contrários a que os processos de minorização e subalternização só adquiram interesse para as ciências sociais. A hibridez característica da psicanálise (AYOUCH, 2019) nos impele a enfrentar a tarefa de escutar o sujeito subalternizado. Para acompanhar a pergunta de Spivak (1985/2010), em seu famoso *Pode o subalterno falar?*, formulamos, em analogia, a questão: *pode o analista escutar a incidência desses marcadores na clínica?*, como nos sugeriu Camila Farias, nossa colega da Universidade Federal de Pelotas, em comunicação pessoal. Ao que acrescentamos: *Somos capazes de escutar os desmentidos sociais?*

FERENCZI E A MATERIALIDADE DA PRESENÇA DO ANALISTA

O psicanalista húngaro Sándor Ferenczi nos inspira a aceitar o desconforto desta pergunta. Isso porque ele ousou questionar o lugar de "neutralidade" que parecia imunizar psicanalistas do furacão afetivo constituído pelos ecos transferenciais. Ao denunciar a atitude de hipocrisia profissional, Ferenczi indicava a falta de sensibilidade por parte do psicanalista diante da dor do paciente. Agindo de maneira hipócrita, o clínico individualiza a compreensão do sofrimento psíquico, como se coubesse apenas ao analisando tanto o trabalho árduo de elaboração psíquica, quanto a chave para a compreensão da etiologia de seus sintomas, como se estes fossem individuais e apartados de sua inscrição social. Diante da dor do outro, nós, psicanalistas, corremos o risco de ficar "lá tranquilos fumando nosso charutinho, entediados, às vezes fazemos uma observação convencional, às vezes cochilamos (...)" (FERENCZI, 1990/1932, p. 224), resistindo aos nossos verdadeiros desafios. Desse modo, com as precisas indicações de Ferenczi, poderíamos responder, ainda que de maneira preliminar, que o analista não escuta os desmentidos sociais quando está armado de covardia e insensibilidade.

Além das críticas endereçadas à postura hipócrita, Ferenczi vai além para indicar que o antídoto à essa postura é a própria presença do analista. Podemos afirmar que Ferenczi reintroduz o psicanalista na cena de uma análise, já que a ênfase nas fantasias do paciente, tônica do pensamento freudiano, dá margem para que a "neutralidade" catapulte o clínico da experiência. Seu corpo, seus marcadores sociais. A materialidade da incidência da realidade social comparece em uma análise, seja do lado do analista, seja do lado do paciente. Perguntar se pode o analista escutar os desmentidos sociais é uma maneira de recusar que essa materialidade seja desmentida no âmbito da clínica. Pensada por esse prisma, a contribuição de Ferenczi pode ser colocada no mesmo diapasão de muitas iniciativas do movimento psicanalítico dedicadas a pensar sobre a possibilidade de escutar os sofrimentos sociais na clínica e das ousadias técnicas de que é preciso lançar mão, caso não estejamos orientados apenas por uma "escuta" burocratizada.

O EMBARAÇO NA ESCUTA

A exigência de extrapolar a "escuta" burocratizada para escutar efetivamente os desmentidos sociais – que podemos chamar de *embaraço na escuta* (CANAVÊZ & FERNANDES, 2021) – não é uma novidade. É possível retomar, por exemplo, a proposta das clínicas públicas de psicanálise no entreguerras (europeu), que contou com o entusiasmo do próprio Freud (DANTO, 2019). No Brasil, temos a história da pioneira Virgínia Leone Bicudo (2016) e sua empreitada de lançar luz sobre a incidência da realidade social na clínica psicanalítica. Mais recentemente, é possível ainda citar os coletivos de psicanalistas que buscam extrapolar os moldes privatistas e ambulatoriais de consultório para oferecer uma psicanálise pública como contraponto a um serviço destinado unicamente às elites econômicas (GUIMARÃES, 2020; GUIMARÃES & JARDIM, 2019; MARTINS, 2016).

Contrariando a elitização característica da institucionalização do movimento psicanalítico, muito já foi falado sobre este campo. Seja por parte de analistas ou de sujeitos subalternizados que, quando conseguem acesso, podem se valer dos dispositivos de escuta psicanalítica. É importante lembrar que o sujeito subalternizado fala. A questão é se vão poder escutá-lo, se nós, tidos como profissionais da escuta, poderemos acolher essas falas. O que nos leva a supor que tais expressões subjetivas se tornam invisibilizadas, inaudíveis e intocadas. São colocadas à margem por um discurso que se pretende neutro e não situado. A hipocrisia profissional dos psicanalistas, que aqui merece nova menção, não é a hipocrisia do outro, não está no exterior da nossa prática. Para Ferenczi, ela está em nós, analistas, porque somos marcados pelo inconsciente e pelo trauma. E se não interrogarmos nossa própria hipocrisia não poderemos nos dedicar à escuta de quem mais precisa de nosso trabalho. Nesses termos, podemos afirmar que o sujeito subalternizado é o alvo e o objeto privilegiado da psicanálise.

Há algo do nosso referencial clínico-conceitual que pode explicar, ao menos em parte, o embaraço para escutar os desmentidos sociais. Estamos acostumados a falar nos termos do mal-estar inerente à condição humana, do desamparo constitutivo de nossa espécie, do trauma estruturante, ou seja, de algo que estaria dado de saída para todas e todos. Esses conceitos são muito importantes na clínica psicanalítica, mas entendemos que não podem apagar recortes que estão absolutamente presentes no nosso cotidiano – e

na nossa clínica – quer sejamos capazes de escutá-los ou não. Dessa maneira, se quisermos afirmar que há algo de "universal" nessas noções, na medida em que operamos a partir da construção de modelos, é importante que indaguemos sobre como esse universal é construído e a partir de qual lugar ele opera. Tais conceitos genéricos não podem apagar os predicados que situam o lugar de onde o analista parte para exercer seu ofício. Quando falamos situar, no sentido de situação, nos filiamos às teorias críticas feministas que lembram que o conhecimento é sempre situado, parcial e, como tal, deve ser localizável (HARAWAY, 1995).

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, com dados que sustentam a necropolítica (MBEMBE, 2018) dirigida ao povo negro e uma cultura marcadamente misógina. Há, portanto, como afirma a Judith Butler (2019), uma distribuição desigual da condição precária. Butler chama de precariedade a situação política induzida que faz com que determinadas populações tenham suas redes de apoio sociais e econômicas deterioradas, tornando-as mais expostas ao dano, à violência e à morte. Essa precariedade bem poderia ser uma das faces do terror que no nosso país tem como expressões o racismo, a violência de gênero e a extrema pobreza a que estão submetidos atualmente 14 milhões de brasileiros, que sobrevivem com até 145 reais mensais (IBGE, 2019). A pandemia só acentuou a distribuição desigual da condição precária.

O DESMENTIDO SOCIAL

Ferenczi, uma vez mais, é um bom interlocutor quando buscamos discutir a incidência no psiquismo da materialidade desses dados, já que esse psicanalista tornou-se conhecido por destacar, em sua elaboração teórico-clínica, a realidade do trauma. A palavra realidade nesse contexto nocional tem o sentido de produzir uma inflexão, uma oposição e um complemento ao que denominamos de mundo interno, de trama fantasmática ou de conflito pulsional. Percebemos que a concepção ferencziana do traumático, sem deixar em segundo plano a realidade psíquica, o registro do discurso ou da representação, acentua elementos até então pouco valorizados pela psicanálise. Os aspectos relacionais em jogo no trauma ganham relevância para esse autor, oferecendo uma contribuição original e alternativa à visão de trauma como excesso pulsional

inassimilável por parte do psiquismo, hegemônica em muitos momentos da obra freudiana.

Ainda a partir de Ferenczi, e com a contribuição de Jô Gondar, em seu artigo *Terror, terrorismo e reconhecimento* (2016), gostaríamos de sugerir que o terror é uma das consequências de alguém não ter o seu sofrimento reconhecido. Nas palavras da autora, "a produção do afeto de terror não diz respeito apenas ao sujeito que sofre, mas a todo o seu entorno social" (GONDAR, 2016, p. 137). A psicanalista chama atenção para o papel do entorno, do ambiente e da dimensão relacional em jogo na recusa radical do reconhecimento de uma violência, do sofrimento que decorre dessa violência e, em última instância, na negação do próprio sujeito. É o que Ferenczi postulou com sua noção de desmentido, descrédito (MIRANDA 2012) ou desautorização (FIGUEIREDO 2000), segundo outras opções de tradução. Ele lançou mão de uma narrativa ou descrição de uma situação de abuso sexual, que se tornou mais conhecida a partir da sua obra, mas somos igualmente conscientes da abrangência do seu conceito de desmentido para outras formas de abuso, de sujeição e de humilhação.

A criança do mito ferencziano tem sua experiência desacreditada por um adulto que não pôde escutá-la. Mas não se trata apenas de não escutar. O adulto da vineta ferencziana, neste caso o terceiro que ratifica o desmentido, faz uma afirmação sobre a criança e não apenas uma negação. Ele afirma que o abuso não existiu, definindo que todas as sensações, afetos, pensamentos, excitações – ou seja, tudo sobre o qual não podemos nos enganar, pois faz parte da nossa esfera íntima de acesso ao mundo – devem ser radicalmente rechaçados. E o rechaço, neste caso, não é efeito do recalque que permitiria direito de asilo ao que não pode ser escutado. Nem uma abolição interna que retorna desde fora, como é típico das psicoses. Nesta forma de traumatismo, o sujeito é subtraído violentamente não de conteúdos mentais, mas de processos de reconhecimento de si.

Para compreender melhor esta engrenagem traumática, faremos uma pequena digressão para enfatizar as noções ferenczianas de clivagem e de identificação com o agressor. A postulação sobre uma clivagem psíquica remonta aos primórdios da psicanálise. A descontinuidade conflitiva entre um material recalçado e a consciência foi uma modalidade de clivagem que deu início à aventura freudiana. A existência de grupos psíquicos separados que compõem linhas de força interagindo para a formação de

sintomas e de formas de sofrimento foi um fator característico do que se denomina de primeira tópica freudiana. A clivagem ou divisão estaria fora da consciência ou do que veio a ser denominado de Eu. O artigo freudiano sobre o narcisismo (FREUD, 1914/1974) trouxe o insistente e não resolvido problema da unidade e da natureza do Eu. Sua aplicação clínica, *Luto e melancolia* (1917[1915]/1974), insere definitivamente na tradição psicanalítica uma nova forma de divisão ou de clivagem psíquica.

A melancolia é descrita como uma fenda no seio do eu. Como um rasgo que faz o que se conhecia como Eu gravitar em torno de outra parte do Eu modificada pela identificação narcísica com o objeto perdido. O conflito psíquico não se dá mais entre a consciência e o material recalçado, mas entre um assujeitado polo narcísico e uma consciência moral tirânica. Esta senda, que levará à segunda tópica e à segunda teoria pulsional, colocará cada vez mais o Eu como aspecto a ser esclarecido pela teoria e pela clínica. A partir de *O fetichismo* (1927/1974), até *Análise terminável e interminável* (1937/1975), *Esboço de psicanálise* (1940[1938]/1975a) e *A divisão do ego nos processos de defesa* (1940[1938]/1975), Freud intuirá que o mecanismo de clivagem do Eu, clivagem relacionada com a aceitação ou não da realidade da castração, seria mais extenso na clínica do que ele supunha, apresentando consequências teóricas a serem melhor exploradas. Para Freud, o que está em jogo nesta forma de clivagem é uma atitude de ao mesmo tempo perceber, intuir, aceitar e não perceber, não intuir e não aceitar, a castração. Trata-se de um conflito interno e pulsional que produzirá um esgarçamento egoico de consequências imprevisíveis, tendo a perversão como um possível eixo psicopatológico de destino.

Ferenczi trouxe novos elementos para a compreensão da clivagem. Sua concepção sobre o Eu desde etapas precoces da obra confere grande ênfase ao papel do outro e do ambiente para o surgimento e a configuração desta instância. Já em 1913 (FERENCZI 1913/1991), Ferenczi supôs que pais ansiosos, os quais não suportam qualquer tipo de espera para a satisfação de seus filhos, poderiam favorecer a estase em determinadas etapas do desenvolvimento do sentido de realidade. Algumas defesas obsessivas poderiam ser compreendidas neste tipo de interação com a participação decisiva do outro. Antes ainda, em 1909 (FERENCZI 1909/1991) e 1912 (FERENCZI 1912/1991), Ferenczi formulou o processo de introjeção como um giro em direção ao mundo, como modo de existência e ação construído na relação libidinal com o outro. O mecanismo tradicional

até então, aquele de postular a identificação como retração ao Eu do investimento amoroso insatisfeito, ganha outra inflexão sob a pena de Ferenczi.

É apenas no final de sua vida e obra (FERENCZI 1931a/1991, 1931b/1991, 1932/1990 e 1933/1991), no entanto, que a noção de clivagem ganhou contornos mais nítidos para Ferenczi, oferecendo uma visão alternativa à de Freud. Retornando ao ponto já comentado anteriormente, o desmentido, em função da assimetria constitutiva da relação entre os adultos e a criança, retira do infante algumas potencialidades. Potencialidades que dizem respeito, em especial, a reconhecer determinados processos como narcísicos. Um processo narcísico carrega uma marca diferenciada na relação do sujeito com o mundo. Trata-se de uma forma de afetação, de percepção e de cognição referida a algo que brota do mundo, o qual constitui uma nova linha de força para um tipo de existência definida como Eu. Tudo o que circunda esse broto, tudo o que trava íntima relação com esta abstração radical, pode ser qualificado através de pronomes possessivos. Assim, mesmo que as minhas sensações, percepções, memórias e ações não sejam propriamente minhas, é facultado aos sujeitos, dependendo de sua língua e cultura, usarem de forma carinhosa tais expressões para se referirem a estados mentais narcísicos.

Com essa divagação, buscamos ressaltar o impacto do desmentido sobre todos esses processos em estado de desenvolvimento. Se eu desacredito a experiência do infante, todo um conjunto de estados mentais se esvai diante do poder de verdade do adulto. O adulto que desmente, Ferenczi insiste, não porta qualquer dúvida (PINHEIRO 2020), não permite a manutenção de qualquer traço fantasmático no psiquismo da criança. Ele se coloca violentamente no lugar da verdade. A fantasia e todas as produções inconscientes, os tijolos que erigirão a usina do recalçado, dependem de uma certa hesitação dos adultos, de conflitos entre eles, de empatia para com a vulnerabilidade psíquica do bebê e da criança, de projeções grandiosas sobre a imagem narcísica deste ser em formação. O desmentido oblitera a plasticidade deste lugar vazio a ser ocupado pela criança. Há um hiato radical entre sua fala e o que é falado dela. Tal hiato se torna tão extenso a ponto de o sujeito perder a capacidade de saber que sua fala e o que é falado de si dizem respeito à mesma unidade biológica ou psíquica. Trata-se do esgarçamento que caracteriza a clivagem.

A fim de introduzir o tema da identificação com o agressor, decisivo para compreendermos certas marcas sociais na clínica, queremos ressaltar um ponto nodal. O

início desta engrenagem traumática é uma violência intersubjetiva, mesmo que esta tenha repercussões na economia pulsional. Não se trata de uma violência inevitável ou determinada pelos avatares das difíceis relações entre os animais humanos. Trata-se de uma forma específica de violência derivada da necessidade de silenciar o outro. Os motivos para o silenciamento são muitos heterogêneos, mas queremos ressaltar dois aspectos solidários ao tema deste artigo. São eles: a grande assimetria de poder entre o polo traumatizado e o polo traumatizante; e o sujeito silenciado é um outro radical que precisa deixar de existir enquanto alteridade, para se tornar parte do aparelho psíquico do adulto que efetua o desmentido.

Quando o sujeito traumatizado entra em estado de confusão – e, vale dizer, para nós a expressão *confusão de línguas* só adquire sentido se dermos relevo à noção de confusão (VERZTMAN, 2020) – a desrealização e a despersonalização experimentadas derivam de perdas das ferramentas habituais de acesso ao mundo por parte do infante. Se o adulto encarna a verdade, se o que a criança sente, pensa e deseja foi arrancado e deverá ter seu vaticínio de veracidade fornecido pelo adulto, então a criança só poderá contar com sua avaliação e sua benevolência para saber quem ela é. Se o adulto não tem nada a aprender com a existência do infante, se, pelo contrário, ela é uma ameaça à conformação estável e harmônica do seu mundo, só resta à criança fazer a roda da sua vida girar em torno deste sol estranho, que não brilha, mas atrai. Quanto mais em silêncio a criança ficar sobre aquilo que sentia de si e que tornou-se uma calúnia inventada por maldade ou por burrice para perturbar a calma de um mundo conhecido e estável, mais suave será o desprendimento da criança de uma vida viva, barulhenta e perigosa. É preciso que abandone a si para se reconciliar com a verdade que foi violentamente imposta e não pode ser negada. É como se a criança se tornasse parte do psiquismo do outro, passando a viver uma vida sentida como distante e que pulsa em outro lugar que não no seu próprio corpo. Não nos parece difícil articular este mecanismo de identificação com o agressor com os processos sociais que não cessam de comparecer na clínica, em quaisquer dos coloridos e tonalidades expressos pelos diferentes sujeitos.

Partindo dessas pistas de Ferenczi, é possível também pensar em desmentidos sociais, ou seja, a recusa do reconhecimento da distribuição desigual da precariedade e de suas consequências. Um exemplo que nos ocorre é a falácia da meritocracia, fazendo recair unicamente no sujeito as consequências de mazelas construídas historicamente,

como se seu "esforço" pudesse silenciar séculos de distribuição desigual da precariedade. Seria possível escrever páginas infinitas sobre os desmentidos sociais na nossa cultura, mas pretendemos nos dedicar à discussão específica de como esses desmentidos sociais se fazem presentes na clínica. *Pode o analista escutá-los?*

Daniel Kupermann, em seu recente livro *Por que Ferenczi?*, tenta esboçar uma resposta a partir da proposição de que diante de violências cometidas contra grupos vulneráveis, a indiferença se impõe. Violência, em nossa acepção, não diz respeito a características universais das relações humanas derivadas da nossa partilha cultural e da interiorização da pulsão de morte que a cultura nos impõe. Há grupamentos humanos mais vulneráveis a formas violentas de poder, violência, cujo resultado pode ser a nossa indiferença ou a nossa tácita aceitação quanto a um destino nefasto, tomado como natural. Desse modo, teríamos não apenas nossos velhos conhecidos núcleos do irrepresentável e do indizível do trauma, mas também aquele do inaudível, que, citando este último autor, "tende a tornar o outro insensível à voz daquele que deseja testemunhar a sua dor" (KUPERMANN, 2019, p. 67).

NOSSOS IMPASSES DIANTE DA DESIGUALDADE E DA COLONIZAÇÃO

Essa indiferença pode explicar como a distribuição desigual da precariedade afeta a nossa escuta, mas aqui é importante lembrar que a afeta reforçando os desmentidos sociais na clínica. Supomos que há uma tendência dos psicanalistas a desmentir a incidência dos marcadores sociais na clínica e, quase como consequência imediata, também a distribuição desigual da precariedade. Tal desmentido faz par com a expectativa de sustentar um modelo universal, abstrato e supostamente neutro de sujeito. Supomos que o reforço de desmentidos sociais na clínica descortina um universalismo abstrato afinado a um determinado modelo de subjetividade aparentemente sem origem social: um modelo não situado e, como tal, alçado à ficção de universalidade.

Como nós chegamos a essa construção imaginária que parece imunizar a clínica de marcadores sociais? O terreno em que essa resposta precisa ser elaborada nos parece, antes de mais nada, epistemológico. Com essa afirmação, procuramos nos afastar de qualquer iniciativa que busque desenvolver uma técnica específica destinada a sujeitos

marcados pelo terror. Não se trata aqui de pensar em gambiarras clínico-conceituais para dar conta de um número cada vez maior de fenômenos, de propor uma clínica outra capaz de acolher sujeitos em condições precárias de existência. O que nos orienta é a possibilidade de investigar como chegamos à pretensão de um modelo de sujeito supostamente neutro, insubmisso às marcações sociais e, em última instância, à incidência da passagem do tempo e das transformações culturais.

Além disso, a clínica com sujeitos marcados pelo terror dos desmentidos sociais interessa a todos nós, na medida em que não cessa de nos lembrar que nossa escuta é historicamente situada, também nos consultórios em bairros abastados dos grandes centros urbanos. Nossa escuta e os saberes que produzimos com ela. Fazemos alusão aqui, mais uma vez, aos saberes localizados de Donna Haraway (1995), em sua proposta de uma abordagem situada do conhecimento "contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas" (p. 22).

Para prestar contas e não incorrer nesta falta de responsabilidade, precisamos nomear o sujeito supostamente universal que parece operar nos saberes produzidos pela psicanálise e situá-lo histórica e politicamente. Tal representação de sujeito remonta aos primórdios da psicanálise, ainda na modernidade, e foi profundamente influenciada pelos saberes situados na Europa à época em que Freud formulava seu arcabouço teórico-clínico. Momento no qual também Ferenczi pensava sobre sua clínica.

Fomos acostumados a entender a modernidade como um recorte historiográfico associado à emergência do Estado-nação, da medicina moderna – da qual a psicanálise deriva como um desvio – e da própria experiência subjetiva vinculada à categoria de indivíduo. Recorte historiográfico que teria sido superado pela tão comentada contemporaneidade ou pós-modernidade.

No entanto, parafraseando Agamben (2009) em sua caracterização do contemporâneo como uma atitude singular em relação ao seu próprio tempo, gostaríamos de caracterizar a modernidade também como um tipo de atitude. A atitude moderna parece se fazer presente ainda hoje na expectativa de *modernização* das técnicas, da sexualidade, do trabalho, dos modelos que construímos para a investigação dos processos de subjetivação (CANAVÊZ, 2020). Em nosso campo, é possível se deparar com a atitude

moderna na tentativa de abstração da representação de sujeito, como se houvesse um modelo universal, atemporal e livre das marcações sociais de diferença.

Com a proposta de retomar criticamente as raízes da nossa clínica, encontramos autoras e autores que se propuseram a discutir as bases da construção desse modelo de subjetivação, partindo de um universalismo pretensamente abstrato, e sua persistência ainda hoje, no que chamamos de atitude moderna. São debates mais aquecidos nos chamados estudos decoloniais ou pós-coloniais.

Em linhas gerais, o projeto decolonial circunscreve a tradição do cientificismo e do eurocentrismo ao empreendimento colonial que teve início na modernidade, quando o homem branco europeu tornou-se agente do "domínio, exploração, escravização e desumanização" (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES & GROSGOUEL, 2020, p.12) dos diversos povos indígenas e africanos que foram desenhados como o outro, às margens da criação de um mundo que foi forjado como o único mundo existente. O filósofo Dussel (1993) localiza aí o nascimento do *mito da modernidade*. Desde então temos a Europa moderna, tomada como "centro" da História Mundial e todas as outras culturas, tomadas por periféricas. É o momento de constituição de um "ego descobridor" quando a Europa se confrontou com o seu "Outro", o qual, desde então, ela busca controlar, vencer, violentar. Advém daí, a ideia do encobrimento do outro: esse outro não foi descoberto como alteridade, mas encoberto. É o encobrimento do não-europeu.

O encobrimento do outro deu origem à proposta do universalismo abstrato, "um tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico e se apresenta como desincorporado" (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES & GROSGOUEL, 2020, p. 13), como se não pertencesse a qualquer localização geopolítica. O projeto decolonial se contrapõe a essa abstração em prol de um universalismo concreto. Um universal rico onde caibam todos os particulares, como indicou Aimé Césaire (CÉSAIRE, 1956 apud GROSGOUEL, 2012, p. 95). É exatamente a expectativa do universalismo abstrato que o projeto decolonial escancara e denuncia, projeto esse que chegou mais recentemente à psicanálise, mas não sem despertar acirradas resistências.

Na França, em setembro de 2019, um coletivo de oitenta psicanalistas publicou um manifesto no jornal *Le Monde* (TRIBUNE COLLECTIF, 2019) se insurgindo contra

o que chamam de pensamento decolonial, o qual reforçaria o narcisismo das pequenas diferenças. Afirmam que o pensamento decolonial "reforça reivindicações identitárias, as quais são totalitárias e ameaçam valores democráticos e republicanos ao essencializar os indivíduos" (tradução nossa). A psicanálise, ao contrário, é apresentada por esses psicanalistas como "universalismo" e "humanismo". É curioso estes psicanalistas trazerem para o centro do debate – e de suas críticas – a noção de narcisismo das pequenas diferenças. Como sabemos, esta postulação freudiana se referia a uma forma de externalização da pulsão de morte – que sem essa operação seria internalizada sobre a forma masoquista de culpabilidade originada da tirania superegoica – para outros agrupamentos humanos, portadores de diferenças sutis em relação ao grupo de origem.

É provável que esta noção tenha importante papel heurístico na compreensão de manifestações de ódio entre sujeitos que se reconhecem mutuamente, como se dá entre os povos europeus. Este não parece ser o caso da relação do Europeu com os povos colonizados. Se tomarmos o exemplo abominável da escravidão, percebemos que o conceito de narcisismo das pequenas diferenças perde densidade. Não se trata de pequenas diferenças, mas sim de negação radical da alteridade. Como se na relação com o escravo fosse possível economizar o ódio. Diante de um organismo biológico "sem alma" reage-se com indiferença. Parece haver dúvida se se trata aí de sofrimento humano ou de uma reação natural à necessidade do castigo e da subordinação. O incômodo desses psicanalistas para com os críticos da colonização é, portanto, um sintoma, uma tentativa de desmentir nossa origem enquanto disciplina. Nada mais freudiano, todavia, do que aceitar a baixeza de nossas origens. A psicanálise é fruto da violência colonial, mas como lembra Pavón-Cuéllar (2020), ela é o fruto de uma crise na colonialidade. Assim sendo, nossa disciplina carrega ferramentas potentes para desmontarmos suas principais engrenagens.

Em resposta ao manifesto, Ayouch (2019) lembra que entendemos a identidade como unificação imaginária: ainda que seja politicamente real, resta como fantasia a ser desconstruída na experiência de uma análise. As reivindicações identitárias são, é claro, capturas imaginárias, assim como também o é a identidade majoritária implícita a partir da qual os psicanalistas signatários do manifesto falam: masculina, hétero e cis-centrada, ocidental, branca, burguesa. O psicanalista Thamy Ayouch indica que a questão da

identidade não está colocada apenas para sujeitos minorizados por marcadores sociais, mas também para os psicanalistas.

É também nos termos da denúncia da ficção de universalidade que podemos aqui inserir a fala de Paul Preciado (2019), por ocasião da abertura da Jornada da Escola da Causa Freudiana. Em alusão ao tema da Jornada – *Mulheres na psicanálise* –, Preciado disse que "teria sido mais apropriado organizar um encontro sobre 'homens brancos heterossexuais e burgueses em psicanálise', pois a maioria dos textos e práticas psicanalíticas giram em torno do poder discursivo e político desse tipo de animal. Um animal necropolítico que vocês tendem a confundir com o 'humano universal' e que permanece, pelo menos até agora, tema de enunciação central nos discursos e instituições psicanalíticas da modernidade colonial".

Aqui no Brasil, quando se levanta o problema de pensar sobre como se opera essa ficção de universalidade na clínica, é comum escutar alguns argumentos que tentam desqualificar a pertinência da questão: dizem que a psicanálise é diferente de militância; que a clínica psicanalítica e a política são campos distintos. Seguindo essa argumentação, o analista até poderia se manifestar publicamente assumindo posições em relação aos marcadores sociais, situando o seu saber, mas na clínica estaríamos em outra seara.

Soma-se a esses argumentos a defesa de que, em psicanálise, operamos com a singularidade, no *caso a caso*, e a partir da neutralidade. Também aqui a questão se recoloca, já que é preciso lembrar que trabalhamos com a construção de modelos (modelos que o singular deve poder sempre colocar em questão) e que, como lembra Ayouch (2019), é preciso se deter sobre o ponto de vista a partir do qual um psicanalista emite um discurso. Sendo assim, o fato de lançar mão de uma neutralidade benevolente não cancela, do lado do analista, sua inscrição social, em que comparecem marcadores de gênero, cultura, classe, etnia.

Entendemos que a opção decolonial na psicanálise busca justamente indicar o imaginário que embasa esse modelo de subjetividade alçado ao estatuto de universal abstrato e atemporal. A opção decolonial na psicanálise precisa *nomear as normas* que podem operar na clínica, também do lado do analista, a fim de tornar audíveis a nossos ouvidos, o terror dos desmentidos sociais. Acompanhamos a artista e pesquisadora Jota Mombaça quando ela afirma que a norma é justamente o que não se nomeia. Daí a necessidade de "obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que

o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora" (MOMBAÇA, 2016, p.11). Nomear as normas, historicizar as normas, é uma maneira de colocar o universalismo abstrato em xeque.

É também Jota Mombaça quem faz uma releitura da questão de Spivak – *Pode o subalterno falar?* – para afirmar que o silêncio subalterno é mais um efeito da não-escuta colonial do que propriamente de uma não-fala subalterna. Ela faz um deslocamento da questão *pode o subalterno falar? Para o que acontece quando o subalterno fala?* Na clínica, parece que quando o sujeito subalternizado fala, ele corre o risco de não ser escutado, não apenas em função dos desdobramentos do traumático do lado do analista, mas também pelos efeitos normalizadores que podem se fazer presentes em uma análise.

Quando falamos nesses termos, o objetivo não é levantar a bandeira de um "fora das normas", bandeira que nem mesmo a militância tomada por alguns em sua forma mais caricata parece levantar. O nosso objetivo é lembrar que as normas comparecem em uma análise e que é importante suportarmos um movimento pendular (CANAVÊZ, 2017): ora se aproximando da reprodução das normas, ora buscando com elas romper, especialmente colocando o campo normativo em movimento e em xeque. É desse embaraço que partimos para escutar.

A ESCUTA (FERENCZIANA) DO SUJEITO SUBALTERNIZADO

Terminamos este artigo com a suposição contida no subtítulo acima, reafirmando: a psicanálise tem por missão a construção de uma clínica dos processos de subalternização, dirigida a sujeitos subalternizados e minorizados. Para isso, ela deve incluir em seu escopo de análise as marcas das hierarquias e da desigualdade social. Jamais devemos nos contentar com uma psicanálise adaptada a populações vulneráveis, embora devamos nos adaptar a cada contexto clínico em que estejamos inseridos. A proposta é exatamente a inversa. Todas as modalidades de cura analítica precisam incluir as marcas sociais em seu fazer.

Como sugerem Maciel, Barbosa e Carvalho (2018), Ferenczi, num paralelo com Kafka, instituiu o vigor de uma *língua menor na psicanálise*. Ao invés de difundir as grandes narrativas, apregoar os grandes modelos metapsicológicos e defender formas

abstratas de subjetividade ideal, Ferenczi sempre se interessou pelo valor expressivo de sons corporais como a eructação, a flatulência ou o bocejo. Sempre valorizou os modos de ser originais que foram silenciados e impedidos de se tornarem acontecimentos. Insistiu na dissimetria radical entre adultos e crianças como uma relação potencialmente violenta, caso o ambiente não se preparasse e aceitasse receber uma nova e radical experiência de ser e de agir. Discutiu os efeitos da ejaculação precoce tentando imaginar o ponto de vista das mulheres de sua época. Tentou *desperversizar* o denominado *homerotismo masculino*. Acreditava que não tínhamos vocabulário para interagir com sujeitos subalternizados e silenciados e seria necessário, através de uma estratégia “utraquista”, convocar todos os outros saberes disponíveis a fim de produzir novas metáforas propensas ao reconhecimento e à compreensão da alteridade. Se ofereceu para experimentos clínicos arriscados a fim de diminuir a verticalidade da experiência analítica e poder escutar também, quem sabe, a experiência da violência colonial. Enfim, temos muitos motivos para seguir seu caminho, sabedores que abrir uma clareira não é o mesmo que pavimentar e percorrer uma estrada. Mal começamos a nossa jornada, mas supomos que, em algum ponto perto desta clareira a todo custo fomentada, há sujeitos à espera de novas experiências.

Sobre o artigo:

Recebido: 10/05/2021

Aceito: 31/05/2021

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo?. In: _____. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009, p. 55-76.

AYOUCHE, T. **Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações**. Curitiba: Calligraphie, 2019.

_____. Tribune – La psychanalyse est de contraire de l'exclusion. **Libération**, Paris, 2019a. Disponível em: <<https://www.liberation.fr/auteur/20127-thamy-ayouch>>. Acesso em 20 out. 2019.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BICUDO, V.L. Incidência da realidade social no trabalho analítico. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 50, n. 1, p. 73-92, 2016.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CANAVÉZ, F. Da resistência autoimunitária ao múltiplo na psicanálise. **Psicologia USP**, v. 28, n.3, p. 424-431, 2017.

_____. Raça, gênero e classe social na clínica psicanalítica. **Tempo Psicanalítico**, v. 52, n.2, p. 79-102, 2020.

_____.; PACHECO-FERREIRA, F. Nas margens da clínica: a psicanálise implicada de Miriam Debieux Rosa. In: PACHECO-FERREIRA, F.; VERZTMAN, J. (Orgs.). **O público na psicanálise**. Curitiba: Appris, 2020, p. 35-48.

_____.; FERNANDES, S.L. Caixa de ferramentas de desesperar. In: TUCCI, F.; GONDAR, J.; HERZOG, R. **Diário de bordo: ano 1 da pandemia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021. No prelo.

DANTO, E.A. **As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DUSSEL, E. **1492: O encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERENCZI, S. Transferência e introjeção (1909). In: _____. **Sándor Ferenczi: Obras completas, Psicanálise I**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 77-108.

_____. O conceito de introjeção (1912). In: _____. **Sándor Ferenczi: Obras completas, Psicanálise I**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 181-183.

_____. O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios (1913). In: _____. **Sándor Ferenczi: Obras completas, Psicanálise II**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 39-54.

_____. Análises de crianças com adultos (1931). In: _____. **Sándor Ferenczi: Obras completas, Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 69-83

_____. Reflexões sobre o trauma (1931-2). In: _____. **Sándor Ferenczi: Obras completas, Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 109-118.

_____. **Diário clínico** (1932). São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. Confusão de língua entre os adultos e a criança (1933). In: _____. **Sándor Ferenczi: Obras completas, Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 97-106.

FIGUEIREDO, L. C. M. (2000). Verleugnung: a desautorização do processo perceptivo. In: *Psicanálise e universidade: temas contemporâneos: Percepção - Lei - Vínculo social*. Belo Horizonte: Passos.

FREUD, S.. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – vol. XIV**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 85-119.

_____. Luto e melancolia (1917[1915]). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – vol. XIV**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 271-296.

_____. Fetichismo (1927). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – vol. XXI**. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 175-187.

_____. Análise terminável e interminável (1937). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – vol. XXIII**. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 241-287.

_____. A divisão do ego nos processos de defesa (1940[1938]). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – vol. XXIII**. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 305-312.

_____. Esboço de psicanálise (1940[1938]). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas – vol. XXIII**. Rio de Janeiro: Imago, 1975a, p. 165-238.

GONDAR, J. Terror, terrorismo e reconhecimento. **Cadernos de Psicanálise**, v. 38, n. 35, p. 129-141, 2016.

_____. Ferenczi como pensador político. In: REIS, E.S.; GONDAR, J.. **Com Ferenczi: clínica, subjetivação e política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017, p. 209-226.

GROSGOUEL, R. Decolonizing western uni-versalisms: decolonial pluri-versalism from Aimé Césaire to the Zapatistas. **Transmodernity: journal of peripheral cultural production of the luso-hispanic world**, v. 1, n.3, 2012, p. 88-104.

GUIMARÃES, D. Convite à prática pública de psicanálise. **Outras palavras**, jun. de 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/convite-a-pratica-publica-de-psicanalise/>>. Acesso em 23 de abr. 2021.

GUIMARÃES, T.; JARDIM, R.M.M. Apontamentos sobre o horizonte crítico do Psicanálise na Rua. **Teoría y Crítica de la Psicología**, v. 12, p. 315-339, 2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

KUPERMANN, D. **Por que Ferenczi?** São Paulo: Zagodoni, 2019.

LE MONDE - TRIBUNE COLLECTIF. **La pensée "decoloniale" renforce le narcissisme des petites différences**, Paris, 2019. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/idees/article/2019/09/25/la-pensee-decoloniale-renforce-le-narcissisme-des-petites-differences_6012925_3232.html>. Acesso em 30 set. 2019.

MACIEL, JR.A.; BARBOSA, MT.; CARVALHO, MS. A língua menor da ternura: “confusão de língua” e o bilinguismo em psicanálise, In: MACIEL JR., A. (Org). **Trauma e ternura: a ética em Sándor Ferenczi**, Rio de Janeiro, 7 letras, 2018.

MARTINS, R.C.R. **A escuta ético-política na rua**. Dissertação (Mestrado em de Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIRANDA, H. F. Confusão das línguas: eficiência e deficiências de tradução. In J. Verztman, R. Herzog, T. Pinheiro, & F. Pacheco-Ferreira (Orgs.), *Sofrimentos narcísicos*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.

MOMBAÇA, J. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! **Oficina Imagem Política**, 2016. Disponível em <https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi>. Acesso em 20 jul. 2020.

PAVÓN-CUÉLLAR, D. A psicanálise em face da colonialidade: 18 possíveis usos anticoloniais da herança freudiana. **LavraPalavra**, 2020. Disponível em <<https://lavrapalavra.com/2020/11/23/a-psicanalise-em-face-da-colonialidade-18-possiveis-usos-anticoloniais-da-heranca-freudiana/>>. Acesso em 1 maio 2021.

PINHEIRO, T. Quando o agressor é aquele que desacredita. In: D. Kupermann; J. Gondar; E.C. Dal Molin. (Org.). *Ferenczi: inquietações clínico-políticas* (pp. 183-188). 1ed. São Paulo: Zagodoni, v. 1, 2020

PRECIADO, P.B. **Eu sou o monstro que vos fala**, 2019. Disponível em <<https://medium.com/@sarawagneryork/eu-sou-o-monstro-que-vos-fala-94dd10a366ef>>. Acesso em 23 jul. 2020.

SPIVAK, G.C. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERZTMAN, J. Algumas consequências teórico-clínicas da noção de confusão de línguas. In: KUPERMANN, D.; GONDAR, J.; DAL MOLIN, E.C. (OrgS.). **Ferenczi: inquietações clínico-políticas**. 1ed. São Paulo: Zagodoni, v. 1, 2020, P. 41-50